

# TENDÊNCIAS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA<sup>1</sup>

José Rodrigues do Nascimento Neto<sup>2</sup>  
Juliana de Brito Marques do Nascimento<sup>3</sup>  
Franciela Félix de Carvalho Monte<sup>4</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta os resultados de uma revisão sistemática da literatura que investiga as políticas públicas de inclusão e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) voltadas para pessoas com deficiência. O objetivo principal desta revisão é analisar a produção acadêmica recente no campo das políticas de inclusão na EPT, compreendendo como essas políticas são estruturadas e implementadas nas instituições de ensino. A pesquisa utilizou como metodologia a análise de estudos publicados no período de 2019 a 2023, com fontes de dados provenientes do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Os resultados da análise destacam que, embora tenham ocorrido avanços, a atenção dada a essa temática ainda é limitada. A revisão identifica duas categorias principais de abordagem nos estudos revisados: "Condições de acessibilidade" e "Políticas de Inclusão". Além disso, são evidenciados desafios significativos, como a escassez de recursos, a insuficiência na formação docente e a pouca participação das pessoas com deficiência na formulação das políticas educacionais. Este estudo reforça a importância de políticas contextualizadas e práticas inclusivas para promover a acessibilidade na EPT. Conclui-se que há a necessidade de maior atenção e investimento na promoção de políticas eficazes que garantam o acesso igualitário e a participação plena das pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Inclusão, Acessibilidade, Políticas Públicas, Formação Docente.

## INTRODUÇÃO

A inclusão e a acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) são princípios fundamentais para garantir a participação equitativa de todos no ambiente educacional, especialmente das pessoas com deficiência. O Brasil tem avançado por meio

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada com bolsa de Mestrado da Capes

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte – PE, [jose.rodriguesneto@upe.br](mailto:jose.rodriguesneto@upe.br);

<sup>3</sup> Mestre pelo Curso de Linguística da Universidade Federal do Ceará – CE, [juliana.brito@ifce.edu.br](mailto:juliana.brito@ifce.edu.br);

<sup>4</sup> Doutora pelo Curso de Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco – PE, [franciela.monte@upe.br](mailto:franciela.monte@upe.br).

de políticas públicas e legislações que visam promover uma educação mais inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que foi instituída em 2015 para garantir o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação (BRASIL, 2015). No entanto, a efetividade dessas políticas enfrenta diversos desafios, tais como barreiras arquitetônicas, metodológicas e atitudinais, que dificultam a implementação de uma educação inclusiva no contexto da EPT. Conforme destacado por Sasaki (2010), a inclusão depende da eliminação de obstáculos que impedem o acesso pleno das pessoas com deficiência à educação e à sociedade em geral.

Este estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre as tendências e desafios das políticas públicas de inclusão e acessibilidade na EPT para pessoas com deficiência no Brasil. A pesquisa busca entender como essas políticas são implementadas nas instituições de ensino e seus impactos na participação dos estudantes. Também visa identificar barreiras, como a formação limitada de professores, falta de recursos acessíveis e baixa participação de pessoas com deficiência na formulação dessas políticas, propondo sugestões para aprimorá-las e promover uma educação mais inclusiva.

A justificativa para este estudo é fundamentada na constatação de que, apesar dos avanços legislativos e do aumento no número de matrículas de estudantes com deficiência na EPT, as políticas inclusivas ainda enfrentam dificuldades específicas. De acordo com dados do Censo da Educação Básica, houve um aumento de 34,7% nas matrículas de estudantes com deficiência entre 2016 e 2020 (BRASIL, 2020). Contudo, o crescimento quantitativo das matrículas não tem sido acompanhado por medidas qualitativas eficazes, como a eliminação de barreiras estruturais e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contemplam a diversidade (BARROS, 2019).

O estudo também busca discutir a formação de docentes, que se revela uma questão central no contexto da inclusão. A formação dada de professores para atuar com alunos com deficiência representa uma das principais barreiras à efetividade das políticas públicas de inclusão (SASSAKI, 2010). Além disso, a formação continuada e a capacitação técnica voltada para a acessibilidade são essenciais para garantir que os docentes estejam aptos a promover práticas pedagógicas inclusivas e a adaptar os conteúdos e materiais educacionais de acordo com as necessidades dos estudantes (ABREU, 2020).

A metodologia adotada neste estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura, que abrange a análise de dissertações, teses e artigos acadêmicos publicados

entre 2019 e 2023. A busca por esses estudos foi realizada em bases de dados acadêmicos, como o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando descritores relacionados a "inclusão na educação profissional" e "acessibilidade na educação tecnológica". O processo de seleção resultou na análise de uma amostra significativa de estudos que tratam diretamente das políticas públicas voltadas à inclusão e acessibilidade na EPT. Esses estudos foram analisados de forma qualitativa, identificando categorias temáticas centrais relacionadas aos desafios e avanços na inclusão de pessoas com deficiência no ambiente educacional.

Os resultados da pesquisa indicam que, apesar dos avanços nas políticas inclusivas, como leis de acessibilidade e aumento nas matrículas, muitos desafios persistem. Entre os principais problemas estão a falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade e a inadequação dos recursos pedagógicos para estudantes com deficiência (Nishioka, 2022). Além disso, há desigualdade nas práticas inclusivas entre as regiões do Brasil, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais uniforme (Barros, 2019). Para assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva na EPT, é fundamental investir na formação continuada de docentes, em recursos pedagógicos acessíveis e na promoção de uma cultura institucional inclusiva. Os resultados desta pesquisa visam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de inclusão e promover a plena participação das pessoas com deficiência na educação e no mercado de trabalho.

## **METODOLOGIA**

Este estudo foi conduzido por meio de uma revisão sistemática da literatura, conforme a metodologia descrita por Higgins et al. (2005, apud Leite, 2018). Esse tipo de revisão caracteriza-se por uma abordagem clara da questão de pesquisa e pela utilização de métodos rigorosos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente as publicações relevantes sobre o tema. Além disso, a revisão busca coletar e analisar dados de forma objetiva, garantindo a confiabilidade dos resultados. O foco desta pesquisa foi a análise de teses e dissertações que abordam políticas públicas de inclusão e acessibilidade na educação profissional para pessoas com deficiência.

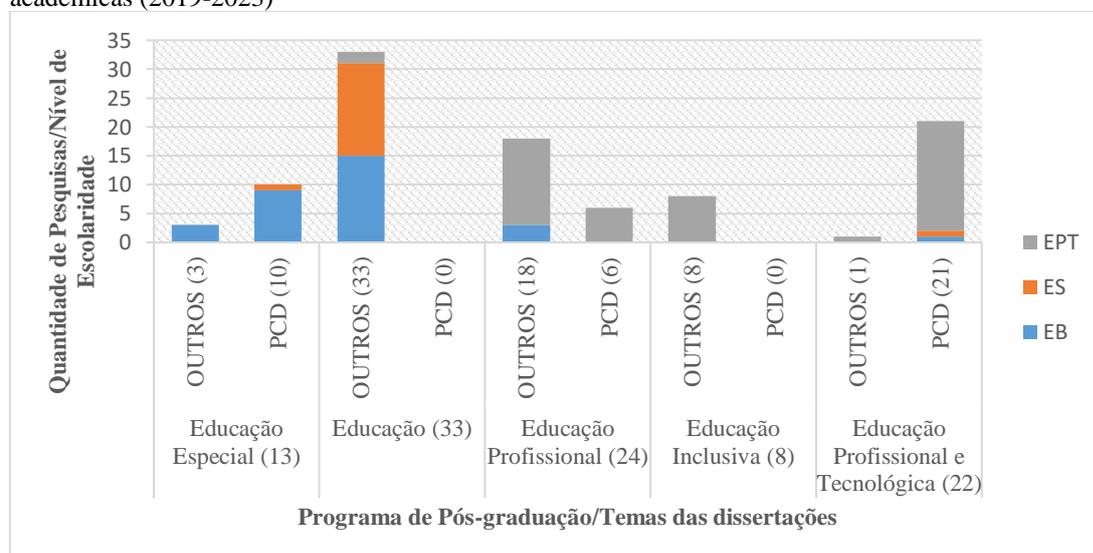
O processo de revisão sistemática começou com a identificação de produções acadêmicas publicadas nos últimos cinco anos, tendo como base de dados o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. O objetivo foi selecionar trabalhos que tratam de políticas públicas voltadas à inclusão e acessibilidade na educação profissional. A busca inicial

retornou um total de 1.227.684 resultados, sendo refinada posteriormente pelo período de 2019 a 2023. Após essa filtragem, os resultados foram reduzidos para 249.373, representando a produção acadêmica mais recente e relevante.

Para aprimorar ainda mais a análise, foram aplicados filtros específicos relacionados às áreas de concentração, como Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Educação Inclusiva, Políticas Públicas e Gestão da Educação, e Educação Especial. Após essa segunda filtragem, o número de resultados foi reduzido para 1.989. Esses trabalhos estavam distribuídos entre 52 dissertações de mestrado acadêmico e 1.931 de mestrado profissional, e nenhum trabalho de doutorado identificado na amostra.

A etapa seguinte envolveu a seleção de uma amostra dos 100 primeiros resultados apresentados pela plataforma Sucupira, focando nas dissertações que atendiam aos critérios de inclusão da pesquisa. Os resumos foram extraídos, tabulados e analisados, contendo informações sobre a instituição de ensino, programa, título, autor, tipo de trabalho, data de defesa e resumo, o que permitiu sistematizar a análise. Os trabalhos foram classificados em duas categorias principais: pesquisas sobre pessoas com deficiência (PCD) e outras sobre inclusão social em geral, subdivididas por nível de escolaridade (Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica, e Educação Superior). Essa classificação possibilitou uma análise detalhada das tendências e desafios nas pesquisas sobre políticas públicas e inclusão, oferecendo um panorama abrangente das produções acadêmicas.

Quadro 1: Políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional: Amostra de produções acadêmicas (2019-2023)



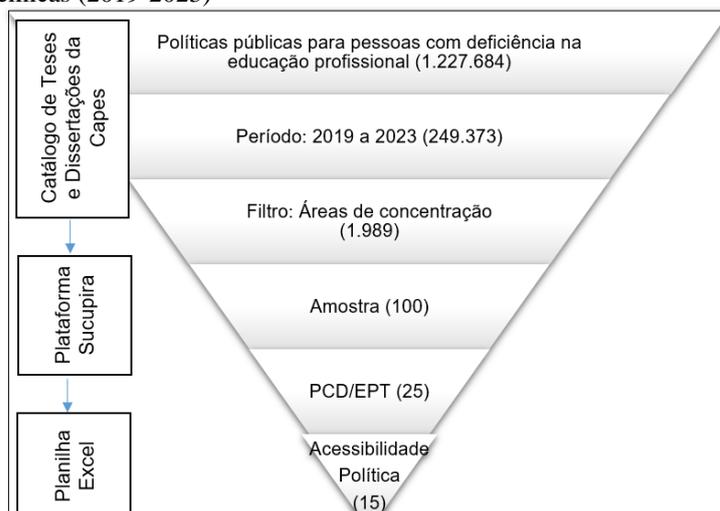
Fonte: Elaborado pelos autores baseados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (2024)

Os resultados preliminares da amostra revelam que:

- Nos Programas de Pós-graduação em **Educação Especial**, a maioria das pesquisas foca em pessoas com deficiência na educação básica.
- Nos Programas de **Educação**, as pesquisas são predominantemente sobre inclusão social na educação básica e superior, sem trabalhos específicos sobre pessoas com deficiência na educação profissional e tecnológica nesta amostra.
- Nos Programas de **Educação Profissional**, dois terços das pesquisas abordam inclusão social, e um terço trata de pessoas com deficiência, principalmente na educação profissional e tecnológica.
- Nos Programas de **Educação Inclusiva**, não foram encontradas pesquisas específicas sobre pessoas com deficiência na educação profissional e tecnológica.
- Nos Programas de **Educação Profissional Tecnológica**, a maioria das pesquisas que tratam de inclusão era sobre pessoas com deficiência na educação profissional, sendo o programa com maior produção nessa área.

Foram pré-selecionados 25 artigos da categoria PCD, relacionados à EPT. Após a leitura dos resumos, constatou-se que 6 tratavam de acessibilidade, 1 de AEE, 3 de ensino, 1 de formação docente, 11 de política, 1 de tecnologia assistiva e 2 de inserção no trabalho. Após um novo filtro, foram selecionadas pesquisas diretamente relacionadas às políticas públicas para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência na educação profissional, resultando em 9 dissertações sobre políticas e 6 focadas em acessibilidade. Em suma, apresentamos a seguir a representação do percurso percorrido para a seleção das pesquisas relacionadas à temática aqui proposta:

Quadro 2: Políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional: Percurso da seleção de produções acadêmicas (2019-2023)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão sistemática de literatura identificou um total de 15 estudos diretamente relacionados à temática das tendências e desafios das políticas públicas relacionadas à inclusão e acessibilidade na educação profissional para pessoas com deficiência. A partir da análise dessas dissertações, optou-se por categorizá-los em duas principais áreas: Acessibilidade e Políticas de inclusão. Abaixo estão os estudos selecionados em cada categoria:

Quadro 3: Políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional: Dissertações selecionadas (2019-2023)

TEMA	ANO	AUTOR	TÍTULO
Acessibilidade	2019	Marieles da Silveira	Alunos com Deficiência nos Cursos Técnicos do Centro de Educação Profissional – CEFORES: Perspectivas de Alunos e Docentes
	2020	Juliane Marques Santiago de Abreu	Percepções de Estudantes com Deficiência sobre Integração, Acessibilidade e Inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Recife
	2020	Claudia Suzana Correia Lima Fialho	Guias Didáticos para o Ensino de Turismo Acessível: Reflexões a Partir de Problemas sobre A Legislação Referente às Pessoas com Deficiência e a Acessibilidade
	2020	Tania Maria Alves de Abreu Gimenes	Sensibilização para Inclusão de Pessoas com Surdez no Ensino Médio Integrado do IFMT Campo Novo do Parecis, MT
	2022	Luciana Nishioka	Acessibilidade Atitudinal das Pessoas com Deficiências e das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas: O Processo de Inclusão no IFPR para Além das Políticas de Acesso
	2023	Quezia Barbosa de Oliveira Amaral	Acessibilidade dos Estudantes com Deficiência às Bibliotecas de Ensino Profissional e Tecnológico
Política	2019	Hellenvivian de Alcantara Barros	Acessibilidade no IFCE: Desafios para a Inclusão dos Estudantes Surdos
	2019	Juliane Kelly de Figueiredo Freitas	Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência Na Educação Profissional: Entre o Direito e sua Garantia
	2019	Josânilda Mafra Rocha	Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional das Pessoas com Deficiência: Um Estudo Exploratório no Instituto Federal do Rio Grande do Norte
	2020	Jean Carlos Dias Ferreira	A Permanência dos Estudantes Surdos como Fatores de Inclusão Escolar No Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, no Curso de Informática para Internet
	2021	Anna Vanessa Lima de Oliveira	Educação Especial Inclusiva na Educação Profissional Tecnológica: um recorte sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Instituto Federal de Brasília

	2021	Geisa Cândida da Anunciação Oliveira	Políticas de inclusão para estudantes da educação especial no Instituto Federal da Bahia: investigando políticas de permanência.
	2021	Rafaela Dias Ferreira	Análise da efetivação das garantias legais de permanência, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Goiás
	2022	Eliete Santin Staub	O Percurso de Formação Profissional das Pessoas com Deficiência dos Cursos Técnicos Subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
	2022	Flavia de Jesus Almeida Albuquerque	Educação Especial Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo sobre o acesso, a permanência, a aprendizagem e a terminalidade específica no IFMA – Campus Bacabal

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Os estudos de Silveira (2019), Abreu (2020), Lima Fialho (2020), Gimenes (2020), Nishioka (2022) e Amaral (2023) enfatizam a importância de garantir um ambiente acessível e inclusivo para estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Eles destacam a necessidade de eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, além de ressaltar o papel dos servidores na promoção da inclusão e na eliminação de obstáculos, assegurando acesso igualitário à educação e pleno exercício dos direitos de cidadania.

A pesquisa de Silveira (2019) explora a inclusão de pessoas com deficiência no Centro de Educação Profissional (CEFORES) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, com foco nos cursos técnicos. Utilizando uma metodologia qualitativa, o estudo envolve revisões bibliográficas, análises documentais, entrevistas e questionários, abordando percepções e necessidades pedagógicas. Como resultado, Silveira desenvolveu vídeos animados para educar sobre interação com pessoas com deficiência e destacou a necessidade de formação docente direcionada à inclusão.

O estudo de Abreu (2020) investiga os desafios enfrentados por pessoas com deficiência (PcD) no Brasil, como desemprego, educação insuficiente e discriminação, apesar dos avanços legislativos. Focado no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) - Campus Recife, o objetivo é entender as visões dos estudantes com deficiência sobre acessibilidade e inclusão. Abreu destaca o protagonismo das PcD na conquista de seus direitos e propõe um produto educacional, baseado nas opiniões dos participantes, para aprimorar as estratégias de inclusão no campus e promover uma cultura inclusiva.

Lima Fialho (2020) aborda o turismo acessível, focando na inclusão de pessoas com deficiência e idosos, destacando desafios relacionados a ambientes, transportes e serviços. A pesquisa investiga como o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) aborda

acessibilidade e legislação nos cursos de turismo e hospitalidade e propõe guias didáticos para aprimorar essa formação. Como resultado, Fialho desenvolveu guias educacionais para turismo acessível e orientações docentes durante o mestrado no IFAL.

Gimenes (2020) investiga a legislação e políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência, enfocando indivíduos com surdez. O trabalho destaca a necessidade de prover atendimento educacional especializado e acessibilidade em instituições, como o Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT). O estudo analisa os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) do IFMT Campus Campo Novo do Parecis, para entender se abordam a inclusão e métodos adequados para alunos surdos no ensino médio integrado. Gimenes busca sensibilizar profissionais da educação sobre a essência da inclusão e das necessidades dos estudantes com surdez.

Nishioka (2022) explora a inclusão de alunos com deficiência no ensino técnico integral, focando na acessibilidade atitudinal. Apesar dos avanços em políticas afirmativas, barreiras atitudinais ainda limitam a inclusão plena. O estudo analisa as ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) no IFPR - Campus Curitiba e propõe a criação de um vídeo educativo sobre acessibilidade atitudinal. Nishioka também revisita a história da educação especial no Brasil, destacando a evolução das políticas inclusivas e a necessidade de mudanças de paradigmas para uma educação verdadeiramente inclusiva.

A pesquisa de Amaral (2023) investiga a acessibilidade em bibliotecas e seu impacto na inclusão de estudantes com deficiência no ensino técnico integral. Amaral destaca o papel essencial das bibliotecas como centros de inclusão social e educacional, enfatizando que a igualdade de acesso é crucial para a plena cidadania e oportunidades de profissionalização. O estudo também ressalta a importância dos profissionais de bibliotecas na promoção da inclusão e na eliminação de barreiras que limitam a participação dos alunos com deficiência.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, os estudos de Silveira (2019), Abreu (2020), Lima Fialho (2020), Gimenes (2020), Nishioka (2022) e Amaral (2023) enfatizam a urgência de ambientes educativos acessíveis e inclusivos para pessoas com deficiência. Esses trabalhos indicam a necessidade de superar barreiras, sejam elas físicas, pedagógicas ou atitudinais, que limitam a participação destes estudantes. Refletindo as ideias de Sasaki (2010) sobre a valorização da diversidade e seguindo a legislação brasileira, a mensagem central é que a inclusão é tanto um direito quanto um

imperativo social, exigindo adaptabilidade e integração de práticas inclusivas no âmbito educacional.

Quanto às políticas de inclusão, os estudos realizados por Barros (2019), Freitas (2019), Rocha (2019), Ferreira (2020), Oliveira (2021), Anunciação Oliveira (2021), Ferreira (2021), Staub (2022) e Albuquerque (2022) exploram as iniciativas do Estado brasileiro para a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Esses trabalhos examinam a formação docente, ações afirmativas e estratégias de acesso e permanência de alunos com deficiência. Ao discutir os desafios da implementação dessas políticas, enfatizam a necessidade de ações inclusivas efetivas para assegurar direitos educacionais e integração plena na sociedade, visando uma comunidade mais inclusiva e diversificada.

Barros (2019) investigou a inclusão de estudantes com deficiência no IFCE, focando na integração dos alunos surdos e na necessidade de acessibilidade comunicacional. Embora reconheça progressos no acesso à educação regular para esses alunos, o estudo enfatiza os desafios de sua permanência e aprendizado. A pesquisadora ressalta a importância de superar barreiras diversas, incluindo a contratação de intérpretes de Libras, para uma educação genuinamente inclusiva, principalmente no ensino técnico integral.

Freitas (2019) analisa as adversidades enfrentadas por pessoas com deficiência no Brasil, abordando obstáculos históricos na educação, trabalho e sociedade. A pesquisa concentra-se nas visões dos estudantes com deficiência acerca da acessibilidade e inclusão no IFPE - Campus Recife. Freitas oferece insights sobre a história e legislação relacionadas à inclusão desses estudantes na educação técnica. Adicionalmente, destaca barreiras percebidas por eles em contextos educacionais, auxiliando na identificação de desafios e na formulação de soluções para uma inclusão efetiva no ensino técnico integral.

Rocha (2019) examina as políticas do Estado brasileiro para a formação de professores na educação inclusiva para pessoas com deficiência, focando no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Embora o Brasil adote convenções internacionais de inclusão, ainda enfrenta desafios na formação adequada dos professores. No IFRN, surgiram iniciativas como o Programa TEC NEP e o NAPNE, porém os docentes destacam a insuficiência em sua preparação específica para a inclusão. A pesquisa sublinha a formação docente como vital para as práticas educacionais inclusivas no ensino técnico integral.

Ferreira (2020) analisa a educação inclusiva no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Natal Central, focando em pessoas surdas. O estudo examina as políticas e ações do IFRN para garantir a inclusão, acesso, permanência e conclusão dos estudos por esses alunos. É destacada a contribuição do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e da Equipe Técnico Pedagógica (ETEP), bem como a importância dos docentes e Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) para uma formação inclusiva aos estudantes surdos.

Oliveira (2021) examina a inclusão de pessoas com deficiência no Instituto Federal de Brasília (IFB) na Educação Profissional Tecnológica (EPT), abordando critérios de ingresso e a preparação da instituição para a Educação Especial Inclusiva. O estudo também trata da política de cotas e desenvolve um manual reflexivo sobre deficiências, auxiliando na avaliação de laudos médicos para garantir a inclusão. A pesquisa visa aprimorar a Educação Especial Inclusiva na EPT, identificando desafios e propondo medidas para tornar o IFB mais inclusivo.

Anúnciação Oliveira (2021) explora a inclusão de estudantes com deficiência no ensino técnico integral, destacando a evolução da Educação Especial no Brasil. Ela aponta que, apesar das mudanças legislativas, muitas metas educacionais ainda não foram plenamente alcançadas. Focando no Instituto Federal da Bahia, Campus Salvador, a pesquisa analisa políticas de permanência e desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência, propondo uma abordagem inclusiva baseada na formação omnilateral. Como resultado, Oliveira desenvolve uma cartilha para sensibilizar sobre a importância da inclusão e superação de obstáculos.

Ferreira (2021) investiga a inclusão de alunos com deficiência nos Institutos Federais, com foco em sua permanência e aprendizagem. O estudo discute a Lei nº 13.409/2016, que reserva vagas para esses alunos, e destaca a importância de acessibilidade pedagógica e física. Ferreira enfatiza a capacitação de educadores e a escassez de pesquisas sobre a permanência desses alunos após a Lei de Cotas. A pesquisa analisa como o Instituto Federal de Goiás está implementando políticas e formações para promover uma inclusão efetiva no ensino técnico.

A dissertação de Staub (2022) investiga a inserção de estudantes com deficiência no mercado de trabalho por meio dos cursos técnicos do IFSC Florianópolis-Continente. O estudo qualitativo avalia o impacto das cotas desde o ingresso até a inserção no mercado. Como resultado, foi desenvolvido um software para o Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) acompanhar esses alunos. A pesquisa conclui que a reserva de vagas

não garante a permanência nem o sucesso no mercado, sugerindo uma formação mais inclusiva que valorize aspectos sociais e interações.

Albuquerque (2022) investiga a experiência de alunos com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com foco no acesso, permanência, aprendizagem e conclusão dos cursos. O estudo discute a terminalidade específica, certificação para alunos que, mesmo com adaptações, não atingem o nível exigido. A pesquisa destaca a importância de políticas inclusivas e adaptações curriculares para aprimorar as práticas educacionais e promover uma educação mais inclusiva no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ao longo dos estudos revisados, observa-se uma crescente atenção à inclusão e acessibilidade na educação profissional para pessoas com deficiência. Barros (2019) e Oliveira (2021) destacam avanços notáveis no campo legislativo, com a adoção de convenções internacionais e o estabelecimento de políticas nacionais focadas na inclusão. Freitas (2019) e Staub (2022) evidenciam medidas proativas de várias instituições, como a implementação de cotas e o desenvolvimento de ferramentas digitais para acompanhamento. Estas iniciativas sublinham um compromisso renovado em garantir que a educação profissional seja genuinamente inclusiva, refletindo as necessidades e direitos das pessoas com deficiência.

Entretanto, persistem desafios significativos que necessitam de atenção e resolução. A formação adequada de professores para práticas educacionais inclusivas é uma questão recorrente, especialmente ressaltada por Rocha (2019). A necessidade de superar barreiras comunicacionais, especialmente para estudantes surdos, é enfatizada por Barros (2019) e Ferreira (2020). Mesmo com políticas inclusivas, Anunciação Oliveira (2021) e Albuquerque (2022) apontam que a efetiva implementação e a tradução dessas políticas em práticas tangíveis ainda são obstáculos em muitas instituições. Além disso, Ferreira (2021) sugere que a terminalidade específica e o acompanhamento pós-curso são áreas que demandam mais investigação e ação. Em suma, enquanto a educação profissional para pessoas com deficiência tem visto progressos encorajadores, a jornada rumo a uma inclusão plena ainda requer esforços coletivos e persistentes.

As pesquisas mencionadas abordam a temática da inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em diferentes instituições e contextos no Brasil. Elas destacam a realidade enfrentada pelas pessoas com deficiência, evidenciando desafios como altas taxas de desemprego, baixa escolarização e

discriminação. Além disso, ressaltam a importância das políticas e práticas inclusivas para combater a marginalização da pessoa com deficiência no contexto da EPT.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, diversas pesquisas foram analisadas, destacando-se as tendências e os desafios das políticas públicas de inclusão e acessibilidade na Educação Profissional para pessoas com deficiência. Dentre elas, os trabalhos de Barros (2019), Freitas (2019) e Rocha (2019) evidenciam a necessidade de abordar a acessibilidade em suas variadas dimensões: arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal, conforme discutido amplamente por Sassaki (2010).

Através de metodologias diversificadas, as investigações, como as realizadas por Ferreira (2020), Oliveira (2021) e Anunciação Oliveira (2021), buscam compreender as percepções dos estudantes com deficiência, identificando barreiras persistentes e apontando caminhos para uma inclusão mais eficaz. No campo dos produtos educacionais, os estudos de Staub (2022) e Albuquerque (2022) destacam-se pela criação de recursos, como vídeos e guias, que fortalecem a sensibilização e fornecem ferramentas práticas para o processo educativo de alunos com deficiência.

Em resumo, essas pesquisas, em conjunto, desempenham um papel crucial na propulsão da inclusão no ensino técnico. Elas não somente mapeiam os desafios existentes, mas também, como demonstrado por Ferreira (2021), sugerem soluções inovadoras e medidas para construir um ambiente educacional e de trabalho mais inclusivo. A formação e a capacitação dos docentes, realçada nos trabalhos de Freitas (2019) e Oliveira (2021), emergem como elementos centrais para fomentar uma cultura de inclusão.

No entanto, observa-se uma predominância dessas investigações nos Programas de Pós-graduação em Educação Profissional Tecnológica. Esse cenário, conforme pontuado, indica uma lacuna na diversificação e ampliação da pesquisa em diferentes esferas acadêmicas. Diante disso, a formação docente em nível de pós-graduação torna-se fundamental, não apenas para elevar a qualidade do ensino, mas também para potencializar a produção científica sobre inclusão, sublinhando sua relevância essencial na jornada por uma educação mais justa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Juliane Marques Santiago de. Percepções de Estudantes com Deficiência sobre Integração, Acessibilidade e Inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Recife . 2020. 143f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em <[Dissertação Juliane Santiago \(1\).pdf](#)> . Acesso em: 20 mai. 2023.

ALBUQUERQUE, Flavia de Jesus Almeida. Educação Especial Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo sobre o acesso, a permanência, a aprendizagem e a terminalidade específica no IFMA – Campus Bacabal. 2022. 167f. (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Vitória, 2022. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1M-7tnM1IclbG9XceTGWirOSW-uHQ79DY/view>> . Acesso em: 20 mai. 2023.

AMARAL, Quezia Barbosa de Oliveira. Acessibilidade dos Estudantes com Deficiência às Bibliotecas de Ensino Profissional e Tecnológico. 2023. 152f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em <[Dissertação Quezia versão final 2505.pdf](#)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ANUNCIÇÃO OLIVEIRA, Geisa Cândida da. Políticas de inclusão para estudantes da educação especial no Instituto Federal da Bahia: investigando políticas de permanência. 2021. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Vitória, 2021. Disponível em <[Dissertacao Geisa.pdf](#)> . Acesso em: 20 mai. 2023.

BARROS, Helenvivian de Alcântara. Acessibilidade no IFCE: Desafios para a Inclusão dos Estudantes Surdos. 2019. 162f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em <[1a turma Dissertação Hellenvivian de Alcântara Barros.pdf](#)> . Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Censo da Educação Básica 2020: Resultados Preliminares. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/2020>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> . Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/936694859/decreto-10502-20>>. Acesso em: 30.out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FERREIRA, Jean Carlos Dias. A Permanência dos Estudantes Surdos como Fatores de Inclusão Escolar no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, no Curso de Informática para Internet. 2020. 138 f. Mestrado em Educação Profissional Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <[Jean Carlos Dias Ferreira.pdf](#)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

FERREIRA, Rafaela Dias. Análise da efetivação das garantias legais de permanência, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Goiás. 2021. 100f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Vitória, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ifg.edu.br:8080/handle/prefix/1120>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

FREITAS, Juliane Kelly de Figueiredo. Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência na Educação Profissional: Entre o Direito e sua Garantia. 2019. Mestrado em Educação Profissional Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <[Juliane Kelly de Figueiredo Freitas.pdf](#)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

GIMENES, Tania Maria Alves de Abreu. Sensibilização para Inclusão de Pessoas com Surdez no Ensino Médio Integrado do IFMT Campo Novo do Parecis, MT. 2020. 91f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Vitória. 2020. Disponível em: <[https://obsprofepm.midi.upt.ifmt.edu.br/perfilEgresso\\_Acesso\\_em\\_05/08/2023](https://obsprofepm.midi.upt.ifmt.edu.br/perfilEgresso_Acesso_em_05/08/2023)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

LEITE, B. S. Revisão sistemática sobre as produções científicas da Revista Tecnologias na Educação. Revista Tecnologias na Educação, 2018. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/326679321>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

LIMA FIALHO, Claudia Suzana Correia. Guias Didáticos para o Ensino de Turismo Acessível: Reflexões a Partir de Problemas sobre a Legislação Referente às Pessoas com Deficiência e a Acessibilidade. 2020. 244f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituição de Ensino: Instituto Federal Alagoas, Vitória, 2020. Disponível em: <[Dissertac a o Guias dida ticos para o ensino de turismo acessi vel \(1\).pdf](#)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

NISHIOKA, Luciana. Acessibilidade Atitudinal das Pessoas com Deficiência e das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas: O Processo de Inclusão no IFPR para Além das Políticas de Acesso. 2022. 114f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <[DISSERTAÇÃO LUCIANA NISHIOKA.pdf](#)> . Acesso em: 20 mai. 2023.

OLIVEIRA, Anna Vanessa Lima de. Educação Especial Inclusiva na Educação Profissional Tecnológica: Um Recorte sobre a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Instituto Federal de Brasília. 2021. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Brasília, Vitória, 2021. Disponível em: <[Dissertação AnnaVanessa-pós-Banca \(revisada\).pdf](#)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ROCHA, Josanilda Mafra. Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional das Pessoas com Deficiência: Um Estudo Exploratório no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. 2019. Mestrado em Educação Profissional Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <[Josanilda Mafra Rocha de Moraes.pdf](#)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVEIRA, Marieles da. Alunos com Deficiência nos Cursos Técnicos do Centro de Educação Profissional – CEFORES: Perspectivas de Alunos e Docentes. 2019. 144 f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituição de Ensino: Instituto Fed. de Educ., Ciênc. e Tec. do Triângulo Mineiro, Vitória, 2019. Disponível em: <[MARIELES SILVEIRA.pdf](#)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

STAUB, Eliete Santin. O Percurso de Formação Profissional das Pessoas com Deficiência dos Cursos Técnicos Subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. 2022. 156 f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Vitória, 2022. Disponível em: <[Dissertação Eliete Final.pdf](#)>. Acesso em: 20 mai. 2023.